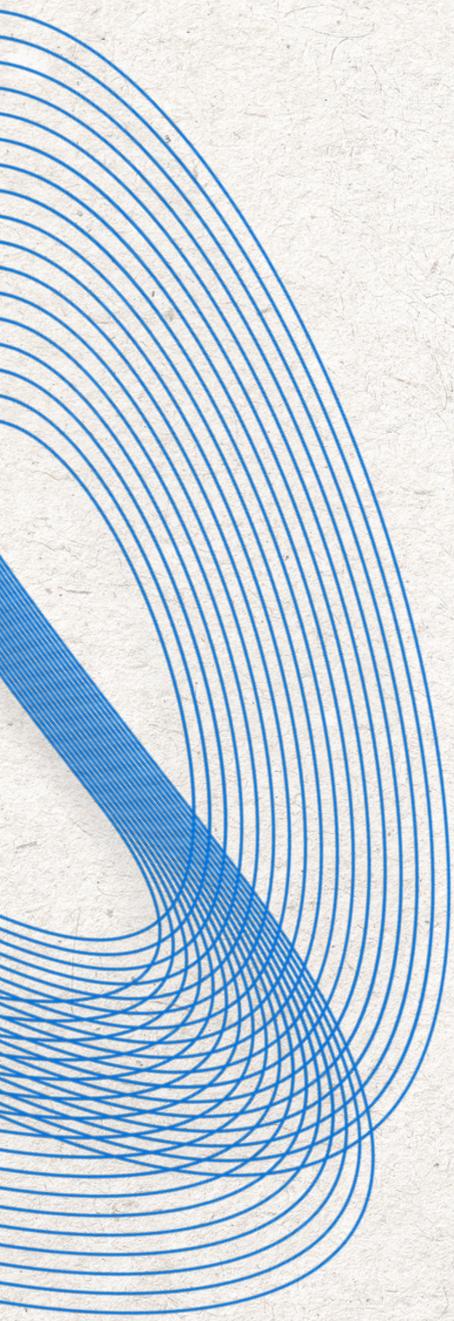




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Oeiras do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Oeiras do Pará (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

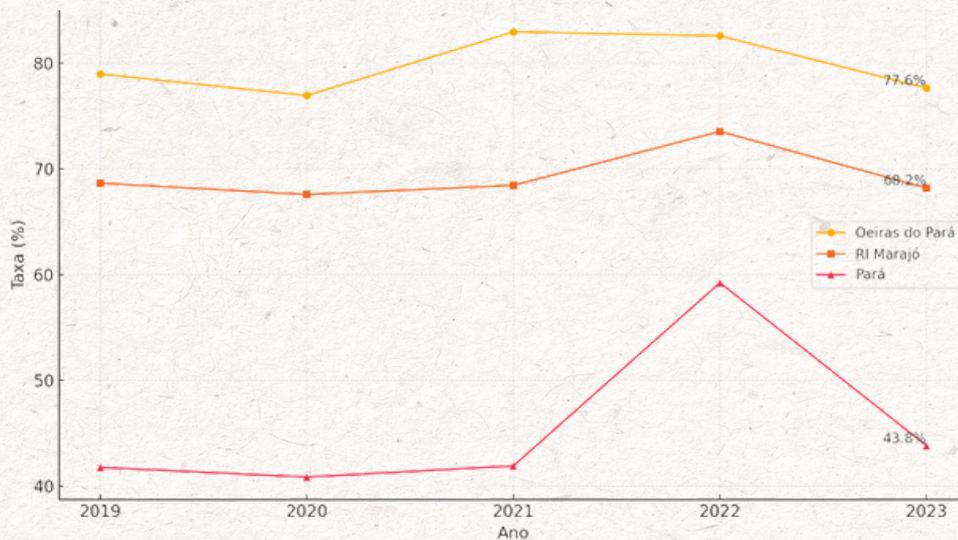
Em Oeiras do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 78,9% em 2019, caiu levemente para 77,1% em 2020 e subiu para 82,5% em 2021. O pico foi mantido em 2022, com 82,1%, encerrando com redução em 2023, atingindo 77,6%. Já a Região de Integração do Marajó teve valores mais baixos, iniciando com 68,6% em 2019, levemente decrescente até 2020 (67,5%), subindo depois para 68,3% (2021) e 73,3% (2022), com queda em 2023 para 68,2%. O Estado do Pará apresentou trajetória menos volátil, saindo de 41,7% em 2019, caindo para 40,5% em 2020, subindo discretamente

para 41,7% em 2021 e alcançando pico em 2022, com 59,6%, antes de recuar para 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Essa evolução mostra que Oeiras do Pará permaneceu com patamar elevado de pobreza durante todo o período, acima de 75%, indicando uma situação crônica e estrutural. A RI Marajó seguiu tendência semelhante, embora em níveis menores, com um agravamento pontual em 2022. A oscilação estadual sugere impacto de fatores externos, possivelmente relacionados à pandemia, que elevaram consideravelmente a taxa em 2022, especialmente em áreas



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

urbanas mais populosas, antes de um recuo em 2023. As quedas recentes, no entanto, não restauram os níveis mais baixos de 2019, demonstrando a dificuldade de reversão da pobreza no estado (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

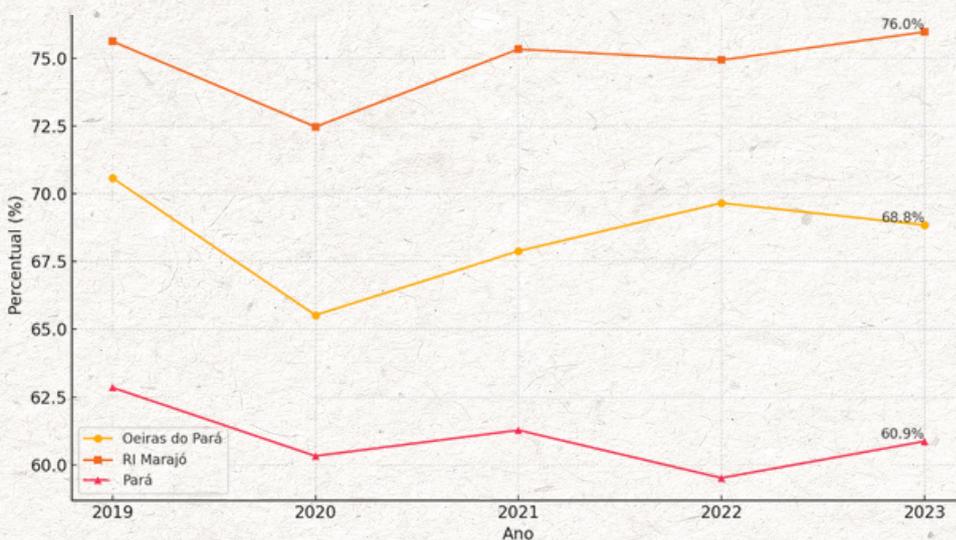
Em Oeiras do Pará, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 70,6% em 2019, caiu significativamente para 65,6% em 2020, recuperando-se nos anos seguintes com 68,1% (2021), 69,7% (2022) e 68,8% em 2023. Na RI Marajó, os percentuais foram mais estáveis e elevados: 75,6% em 2019, 72,6% em 2020, 75,4% em 2021, 75,1% em 2022 e 76,0% em 2023. Já no Estado do Pará, os valores foram consistentemente menores: 62,6% em 2019, 60,3% em 2020, 61,4% em 2021, com queda para 59,2% em 2022 e leve recuperação para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Observa-se que tanto Oeiras quanto a RI

Marajó apresentaram maior compromisso proporcional com serviços essenciais em comparação ao estado. No entanto, Oeiras do Pará oscilou mais, com queda brusca em 2020, provavelmente reflexo de reorientações orçamentárias emergenciais no contexto da pandemia. A RI Marajó demonstrou maior estabilidade, indicando estrutura fiscal mais previsível nesse aspecto. O estado como um todo, com investimentos abaixo de 63% durante todo o período, sugere margem reduzida para políticas públicas básicas, o que pode comprometer diretamente o enfrentamento da pobreza e de suas causas estruturais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

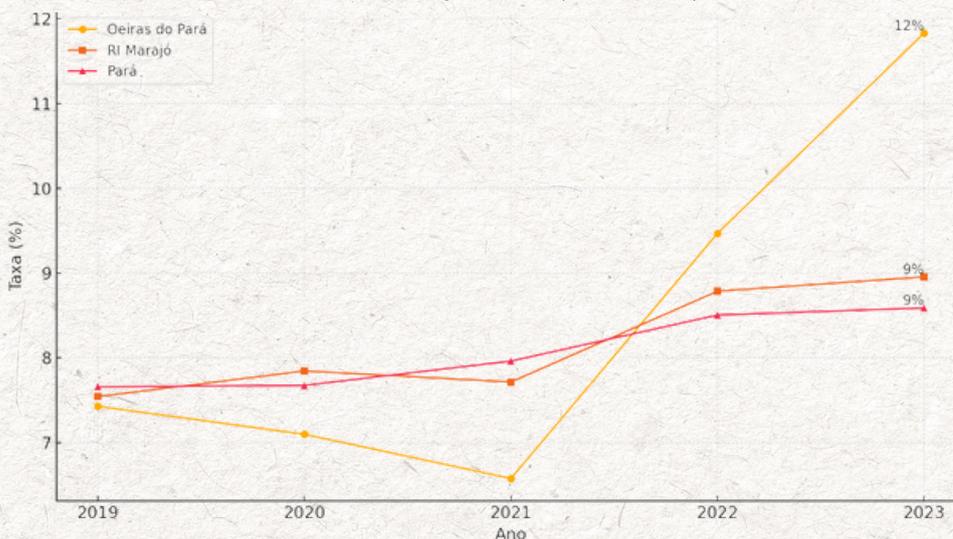
Oeiras do Pará apresentou aumento expressivo na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer: de 7,4% em 2019, caiu para 7,1% em 2020 e 6,6% em 2021, mas subiu drasticamente para 9,5% em 2022 e atingiu 12% em 2023. Na RI Marajó, os valores variaram de 7,6% (2019) para 7,8% (2020), 7,7% (2021), 8,8% (2022) e 9% em 2023. O Estado do Pará iniciou com 7,6% em 2019, passando para 7,7% em 2020, 8% em 2021, 8,7% em 2022 e 9% em 2023 (Gráfico 3).

A análise revela deterioração acentuada da saúde materno-

infantil em Oeiras do Pará nos últimos dois anos, destoando da média regional e estadual. O salto de 6,6% para 12% entre 2021 e 2023 acende alerta para condições de gestação, assistência pré-natal e nutrição. A RI Marajó e o Pará seguiram tendência de crescimento mais moderado, sugerindo influência de fatores socioeconômicos e deficiências no sistema de saúde local, mas com impactos menos extremos. A situação crítica de Oeiras do Pará indica necessidade de intervenção específica e urgente (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

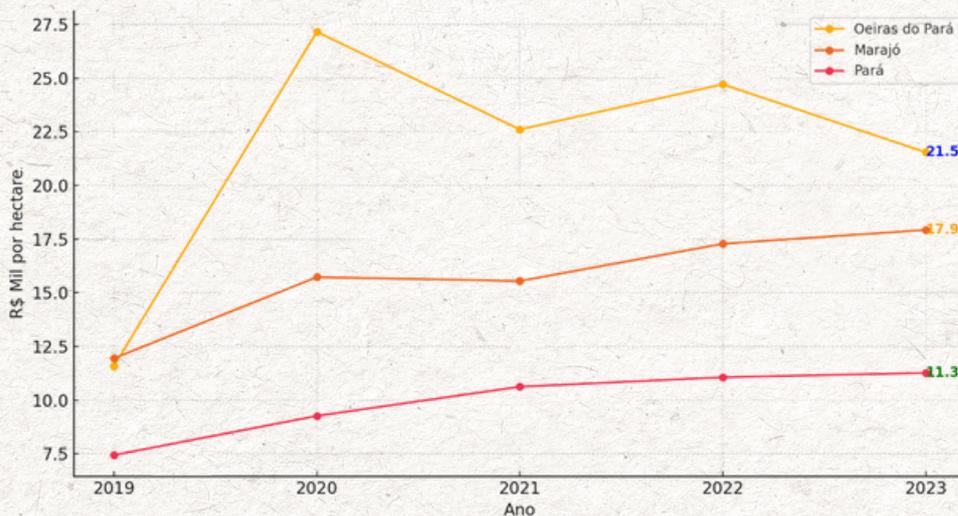


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Oeiras do Pará mostrou forte oscilação no período: começou com R\$ 12,0 mil/hectare em 2019, saltou para R\$ 27,2 mil em 2020, caiu para R\$ 22,6 mil em 2021, voltou a subir para R\$ 24,9 mil em 2022 e finalizou em R\$ 21,5 mil em 2023. Na RI Marajó, os valores cresceram de forma mais linear: R\$ 12,0 mil (2019), R\$ 15,9 mil (2020), R\$ 15,7 mil (2021), R\$ 17,4 mil (2022) e R\$ 17,9 mil em 2023. Já o estado do Pará evoluiu de R\$ 7,3 mil em 2019 para R\$ 9,3 mil (2020), R\$ 10,7 mil (2021), R\$ 11,1 mil (2022) e R\$ 11,3 mil (2023) (Gráfico 4).

Esses dados revelam que, embora Oeiras do Pará apresente os maiores patamares de produtividade, sua variabilidade evidencia vulnerabilidade a fatores climáticos, tecnológicos ou de mercado. A RI Marajó mostrou crescimento mais consistente, ainda que inferior, sugerindo certa estabilidade nos sistemas de produção agrícola. O estado do Pará, com os menores índices, teve avanço contínuo, porém lento, refletindo um perfil agrícola menos intensivo. A volatilidade em Oeiras destaca a necessidade de maior investimento em inovação, manejo sustentável e infraestrutura rural para garantir estabilidade e resiliência do setor (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

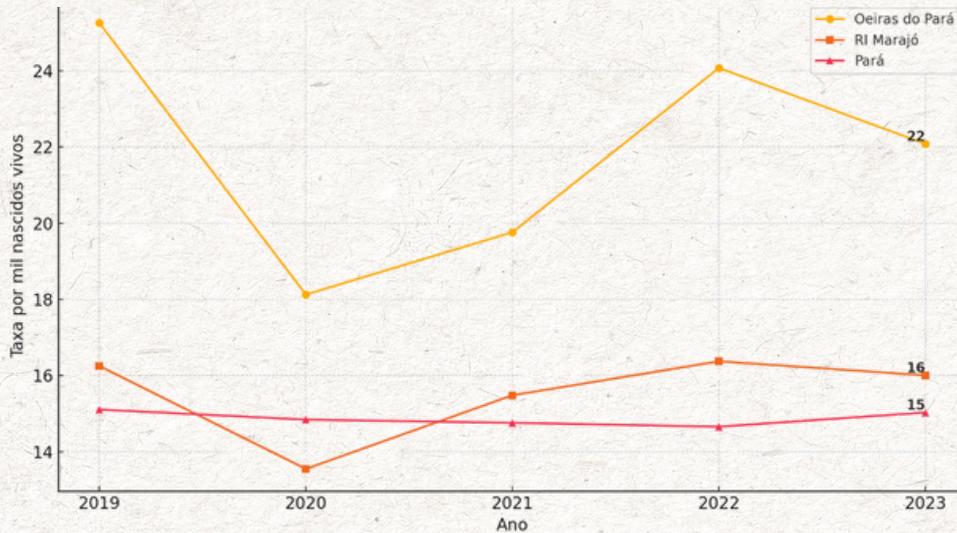
Em Oeiras do Pará, a taxa iniciou em 25,3 em 2019, caiu para 18,2 em 2020 e subiu nos anos seguintes, atingindo 24,1 em 2022, antes de reduzir para 22 em 2023. Na Região de Integração do Marajó, a taxa caiu de 16,3 (2019) para 13,6 (2020), subindo depois para 16,4 (2022) e fechando 2023 em 16. Já o estado do Pará apresentou estabilidade relativa: partiu de 15,1 (2019), variou ligeiramente até 14,7 (2022) e subiu levemente para 15 em 2023 (Gráfico 5).

Nota-se que Oeiras do Pará apresentou taxas significativamente mais elevadas em todos os anos, com variações acentuadas e picos em 2019 e 2022. A RI Marajó oscilou, mas dentro de um patamar mais estável e abaixo da média municipal. O estado do Pará manteve-se como o mais estável entre os três recortes, com pequenas flutuações ano a ano, evidenciando uma média de mortalidade infantil inferior à observada em Oeiras (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

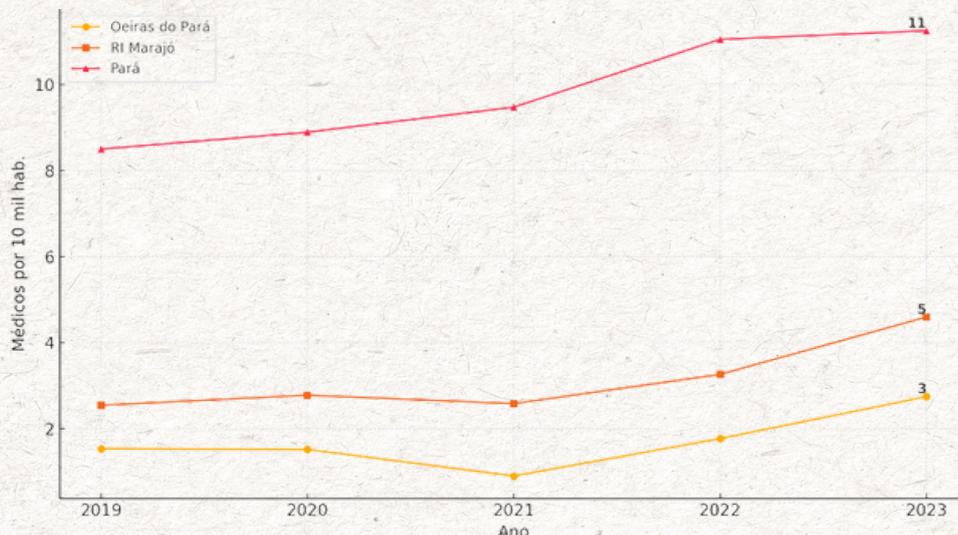
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Oeiras do Pará contava com 1,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019, manteve esse número em 2020, caiu para 0,8 em 2021 e se recuperou para 1,8 em 2022 e 3 em 2023. Na RI Marajó, os números foram: 2,6 em 2019, 2,8 em 2020, 2,6 em 2021, 3,3 em 2022 e 5 em 2023. Já o estado do Pará registrou crescimento contínuo, partindo de 8,5 em 2019 e alcançando 11 em 2023 (Gráfico 6).

Observa-se avanço na presença médica nos três recortes, com destaque para o estado, que apresenta a maior cobertura. Oeiras do Pará teve queda brusca em 2021, mas demonstrou recuperação nos dois anos seguintes. A RI Marajó teve evolução consistente a partir de 2021. Apesar dos avanços, Oeiras continua com o menor número de médicos. Essa carência pode impactar diretamente a qualidade dos serviços de saúde locais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Oeiras do Pará apresentou 345 vagas em 2019, caindo para 332 em 2020, recuperando parte em 2021 (341) e 2022 (331), mas reduzindo para 294 em 2023. A RI Marajó teve 301 vagas em 2019, diminuiu para 289 em 2020, subiu até 310 em 2022 e caiu para 284 em 2023. O estado do Pará iniciou com 212 vagas em 2019, variou pouco até 220 em 2022 e encerrou o período com 198 vagas por mil habitantes (Gráfico 7).

Os dados mostram uma ten-

dência de queda na oferta de vagas, especialmente acentuada em 2023. Oeiras do Pará foi o município com maior número de vagas, mas com perda de 51 unidades por mil habitantes no período. A RI Marajó seguiu comportamento semelhante, com redução de 17 vagas. No Pará, a diminuição foi de 14 vagas, com um padrão mais estável. A redução geral pode refletir mudanças na rede escolar ou queda na população em idade escolar (Gráfico 7).

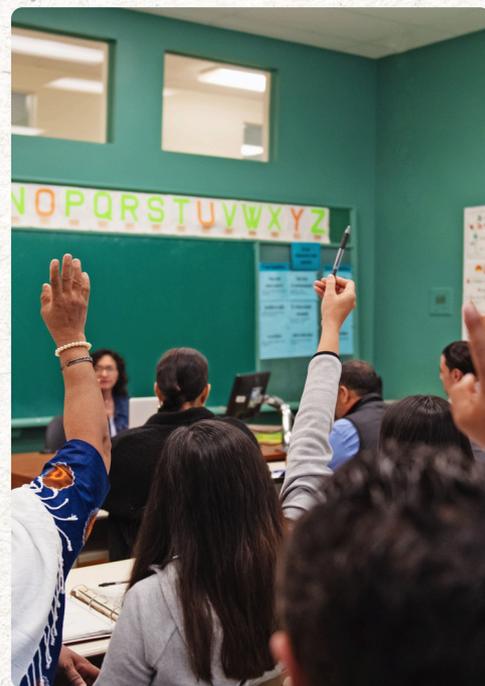
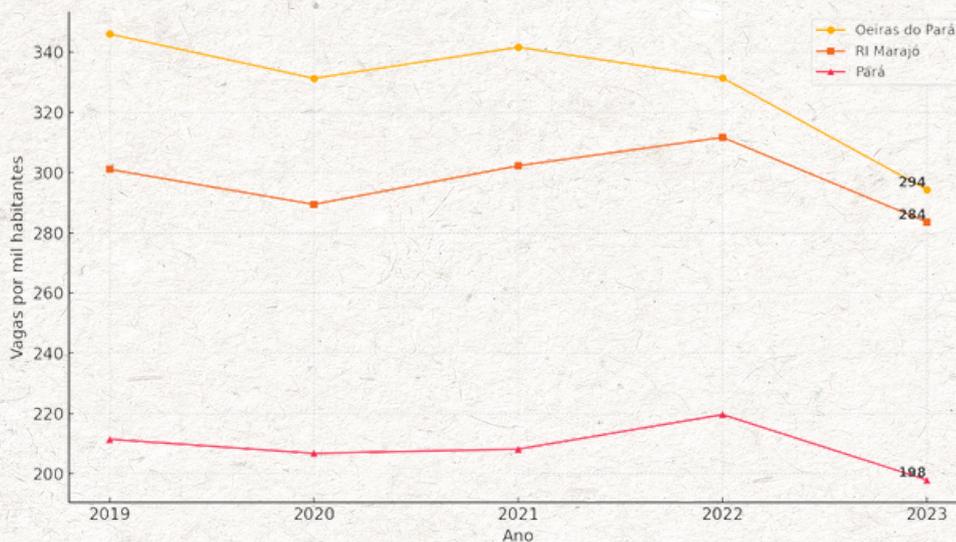




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 294 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

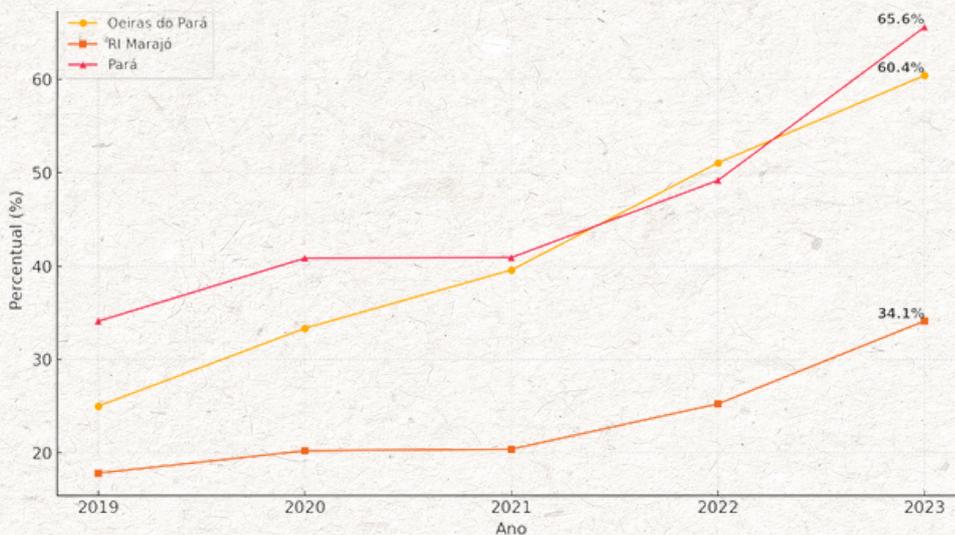
Em Oeiras do Pará, o percentual de escolas com internet passou de 25% em 2019 para 60,4% em 2023, com crescimento contínuo. A RI Marajó iniciou com 17,8% e teve avanço mais modesto, encerrando o período com 34,1%. O estado do Pará também evoluiu significativamente, saindo de 33,7% em 2019 e alcançando 65,6% em 2023. Todos os recortes apresentaram melhorias relevantes (Gráfico 8).

Apesar do progresso geral, persistem

desigualdades entre os territórios. Oeiras ultrapassou a média estadual apenas em 2022, enquanto a RI Marajó segue com os menores percentuais ao longo de todo o período. O aumento da conectividade nas escolas é um indicativo positivo de inclusão digital. Ainda assim, os dados reforçam a necessidade de políticas específicas para as regiões com menor cobertura. A expansão da internet escolar é essencial para reduzir desigualdades educacionais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 60,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

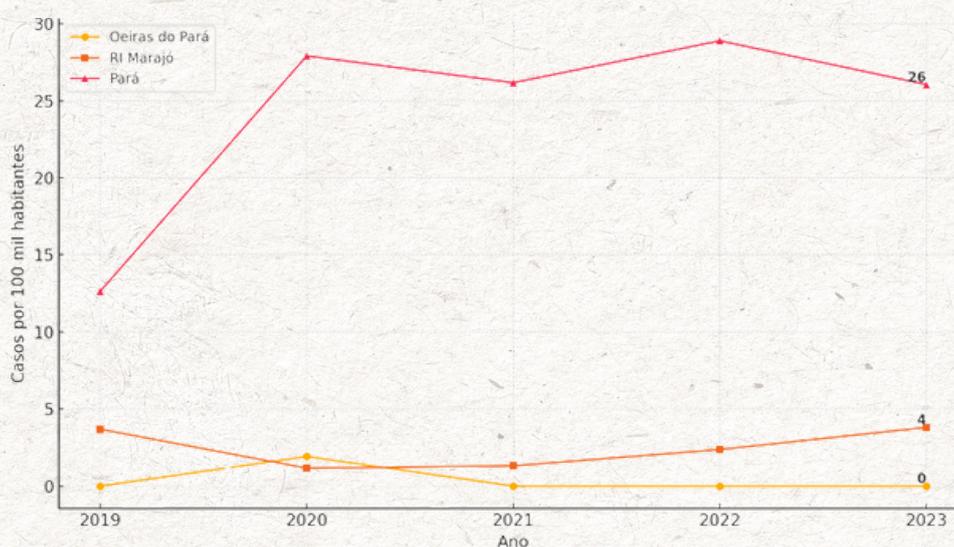


Em Oeiras do Pará, os casos de violência por parceiros apresentaram comportamento irregular no período de 2019 a 2023. Houve registro de 0 casos por 100 mil habitantes em 2019, aumento para 2 em 2020, seguido de nova ausência de registros nos anos de 2021, 2022 e 2023. Na Região de Integração Marajó, o índice iniciou em 3,8 em 2019, caiu para 1 em 2020 e 1,2 em 2021, subindo para 2,4 em 2022 e encerrando em 4 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento acentuado de 12,8 em 2019 para 28 em 2020, recuando ligeiramente nos anos seguintes, chegando a 26 em 2023 (Gráfico 9).



A série histórica evidencia estabilidade em Oeiras do Pará, com valores próximos ou iguais a zero, sugerindo ou baixa ocorrência ou subnotificação. A RI Marajó mostra leve crescimento, mas com patamares ainda baixos. Em contrapartida, o estado do Pará manteve índices elevados ao longo do período, o que pode indicar maior registro ou aumento real dos casos. A discrepância entre as escalas territoriais exige atenção para mecanismos de denúncia e proteção à mulher. O comportamento de Oeiras, com queda brusca após 2020, levanta dúvidas sobre políticas locais de enfrentamento. A melhora nos dados estaduais a partir de 2021 pode ser efeito de ações públicas específicas ou mudança metodológica (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

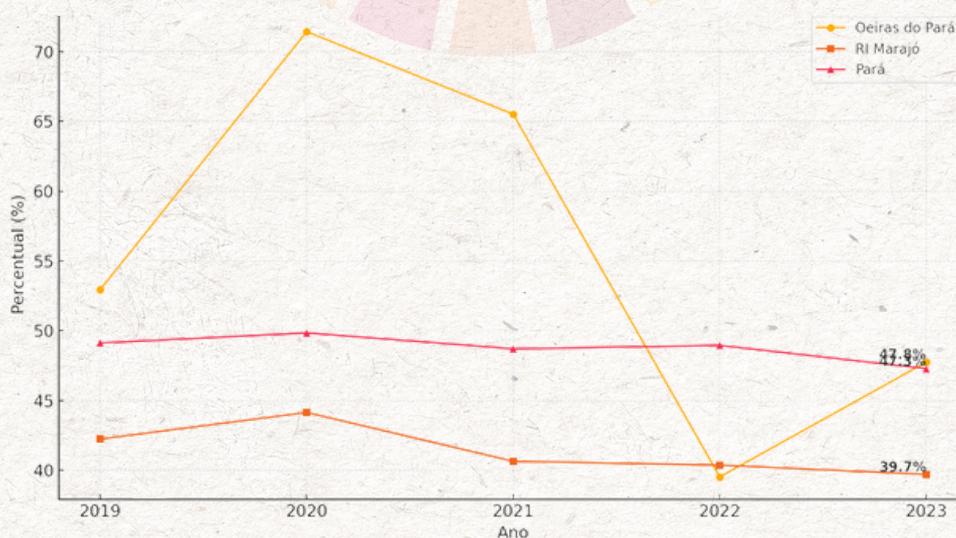
O município de Oeiras do Pará apresentou forte oscilação nesse indicador. Em 2019, 53,2% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres, com aumento expressivo para 71,4% em 2020. Em seguida, observou-se queda para 66% em 2021, 39,5% em 2022 e, por fim, recuperação para 47,8% em 2023. Na RI Marajó, o percentual caiu de forma contínua de 42,3% (2019) para 39,7% (2023). O estado do Pará manteve relativa estabilidade: 49% em 2019, subindo para 49,9% em 2020 e caindo para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





A instabilidade no município pode estar relacionada a mudanças na gestão pública ou à rotatividade de cargos. Embora tenha começado acima da média estadual, Oeiras terminou o período com um dos percentuais mais baixos da série. A queda em 2022, abaixo dos 40%, contrasta com a tendência de estabilidade nas demais escalas. A RI Marajó mostrou discreto declínio, revelando desafios estruturais na ocupação feminina de cargos de chefia. O estado manteve-se próximo da paridade ao longo dos anos, o que sugere políticas mais consolidadas em nível estadual. O recuo municipal recente indica necessidade de reforço em ações voltadas à equidade de gênero (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Oeiras do Pará, o acesso à coleta de esgoto para a população de baixa renda permaneceu praticamente estagnado. O percentual registrado foi de 0,8% em 2019, caindo ligeiramente para 0,7% em 2020, e voltando a 0,8% entre 2021 e 2022. Em 2023, houve leve alta para 0,9%. Na RI Marajó, os valores foram semelhantes, passando de 0,7% em 2019 para 0,9% em 2023. Já no estado do Pará, o crescimento foi expressivo: de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com aumentos constantes ao longo dos anos (Gráfico 11).

Esse contraste territorial mostra que o avanço observado no estado não se reflete nos municípios mais vulneráveis. Oeiras do Pará manteve uma cobertura extremamente baixa, sinalizando negligência histórica ou limitações orçamentárias para investimentos no setor. A RI Marajó também apresentou cobertura insuficiente, embora com leve tendência de crescimento. A ampliação estadual pode estar associada a políticas públicas mais robustas implementadas em áreas urbanas mais densas. A ausência de progresso local reforça a desigualdade no acesso a serviços básicos. O dado reforça a urgência de medidas regionais focadas na população de baixa renda (Gráfico 11).

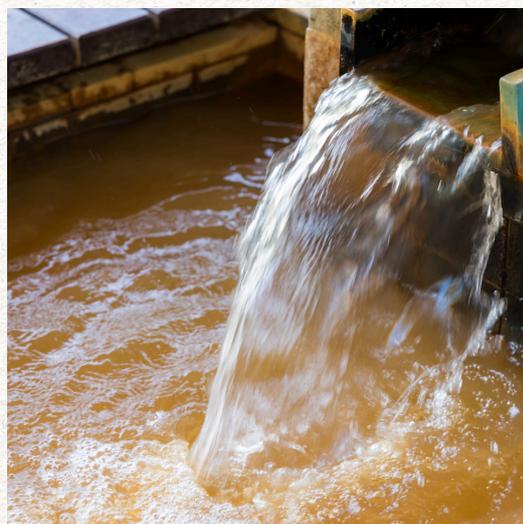
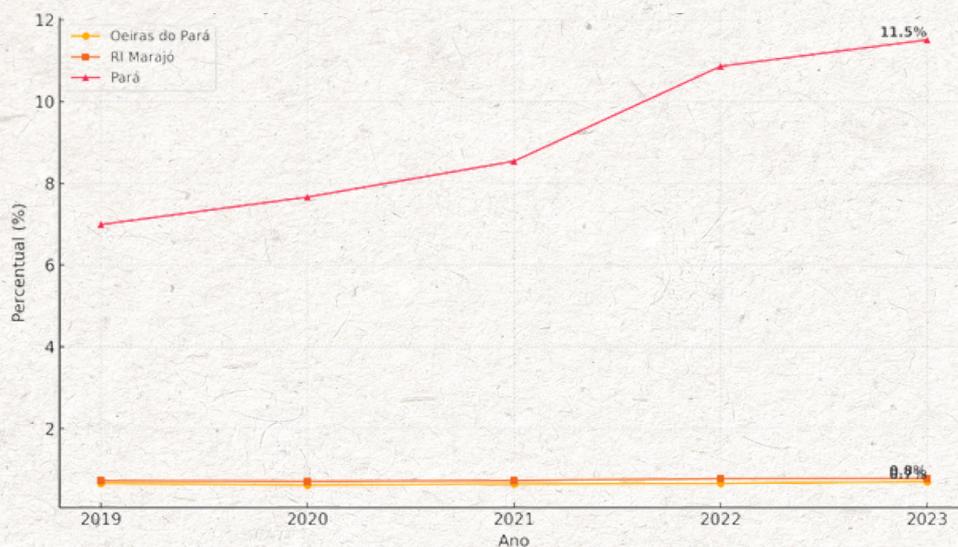




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Oeiras do Pará não apresentou variação significativa nesse indicador, permanecendo com investimentos praticamente nulos ao longo do período. Em todos os anos, o valor registrado foi R\$ 0 per capita. Na RI Marajó, os gastos foram baixos, oscilando de R\$ 11 (2019) para R\$ 12 (2023), com pico de R\$ 15 em 2020 e queda para R\$ 6 em 2022. O estado do Pará teve evolução positiva: de R\$ 79 (2019) para R\$ 114 (2020), alcançando R\$ 153 em 2022, com recuo para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

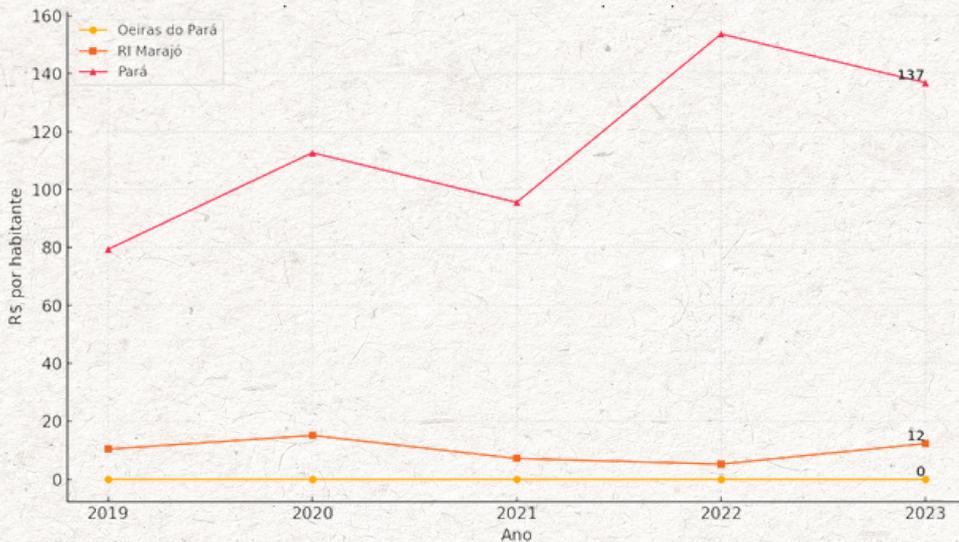
A ausência de investimento direto por parte do município evidencia descaso com a infraestrutura sanitária local.

Mesmo a RI Marajó apresenta valores muito inferiores à média estadual, o que reforça a concentração de recursos nas regiões centrais. O crescimento acentuado nos investimentos estaduais indica priorização da temática em nível macro. No entanto, a falta de repasses ou ações locais impede que esses avanços cheguem à população mais carente. O descompasso entre as esferas territorial, regional e estadual revela uma falha de articulação federativa. Para melhorar os indicadores sanitários, é necessário ampliar a capacidade de execução orçamentária no nível municipal (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



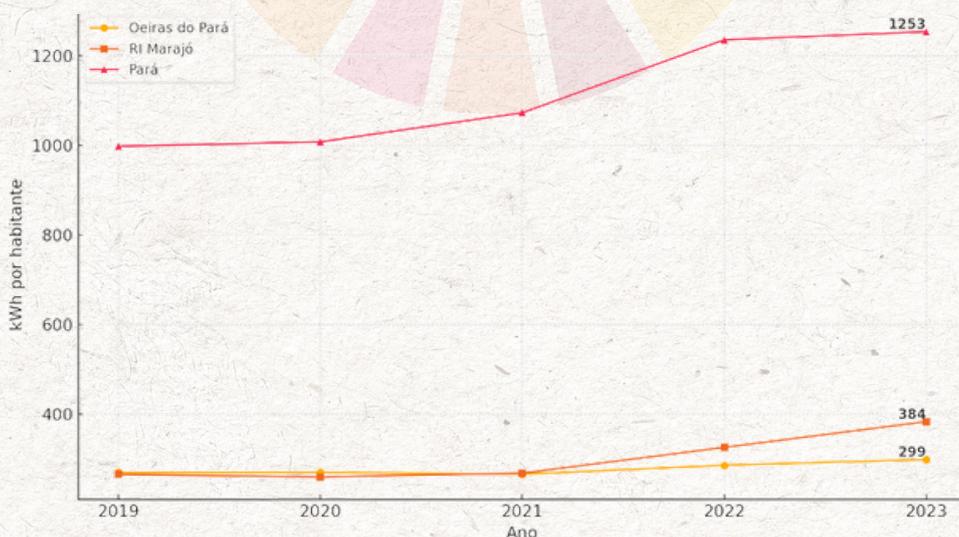
O consumo de energia elétrica per capita em Oeiras do Pará manteve-se estável de 2019 a 2021, variando levemente entre 270 e 275 kWh/hab., e cresceu para 289 kWh em 2022 e 299 kWh em 2023. Na Região de Integração Marajó, o crescimento foi mais acentuado: de 273 kWh (2019) para 384 kWh (2023), com destaque para o salto entre 2021 (274 kWh) e 2022 (325 kWh). Já no estado do Pará, os valores foram significativamente mais altos e em crescimento contínuo: de 997 kWh em 2019 para 1.253 kWh em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



A diferença entre os níveis territoriais evidencia desigualdade de acesso e uso da energia. Oeiras apresenta consumo três a quatro vezes menor que a média estadual, refletindo talvez menor grau de urbanização ou dificuldade de acesso à rede elétrica. Apesar disso, o leve aumento recente no município pode sinalizar avanços em infraestrutura. A RI Marajó segue trajetória mais favorável, ainda que distante da média do estado. O Pará como um todo mostra tendência de expansão no consumo, acompanhando o crescimento econômico e demográfico (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 299 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

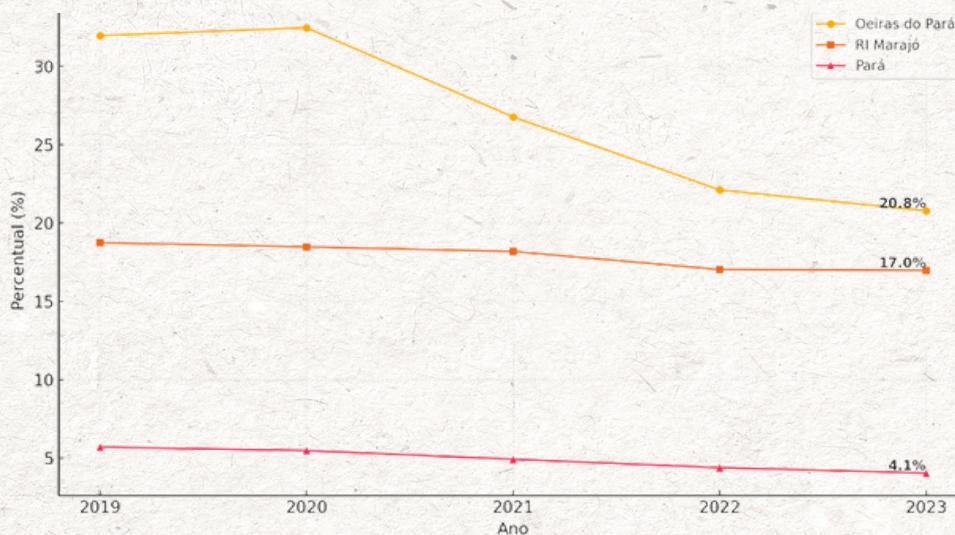
O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação por fontes fósseis em Oeiras do Pará era de 32% em 2019 e subiu para 32,6% em 2020, caindo progressivamente para 26,9% (2021), 22,1% (2022) e 20,8% (2023). Na RI Marajó, o indicador teve leve declínio ao longo do período: de 18,8% (2019) para 17% em 2023. Já no estado do Pará, os dados mostram melhora constante, indo de 5,6% em 2019 para 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



A tendência geral é de redução do uso de iluminação fóssil, embora os níveis ainda sejam preocupantes em Oeiras. Apesar da queda de quase 12 pontos percentuais no município, o índice permanece muito acima da média estadual. Isso aponta para carência de acesso à energia elétrica regular entre a população de baixa renda. A RI Marajó também exibe um patamar elevado, mas com trajetória mais estável. O avanço no estado sugere que políticas públicas de eletrificação vêm sendo mais efetivas nas áreas centrais do território paraense (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



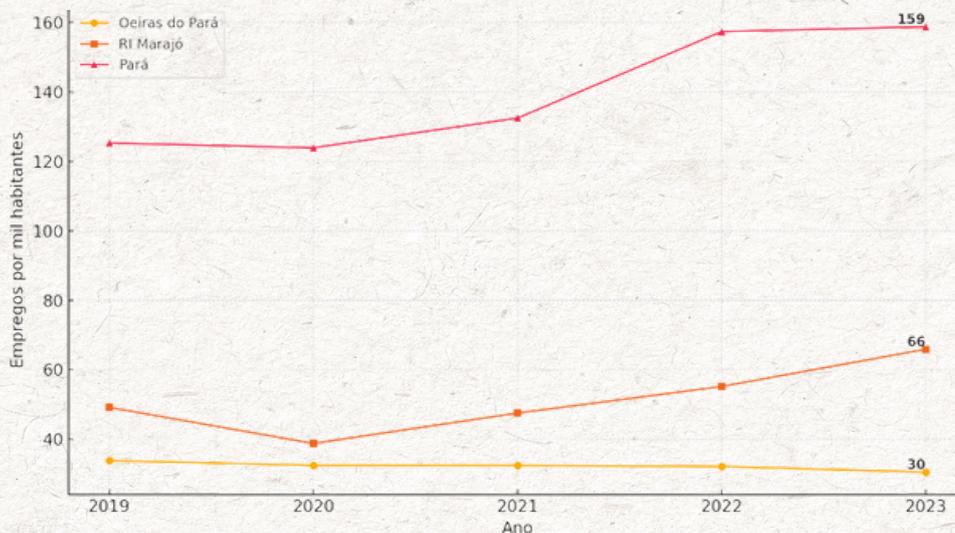
Empregos Formais por Mil Habitantes

Esse avanço estadual foi mais pronunciado a partir de 2021, quando o indicador saltou de 132 para 158 em 2022, mantendo-se praticamente estável no último ano. O contraste entre a estagnação de Oeiras do Pará e o crescimento da RI e do estado evidencia uma defasagem no desempenho local em relação ao mercado formal de trabalho. Essa defasagem pode apontar para limitações estruturais ou falta de políticas de estímulo à formalização no município. O baixo crescimento local sugere que a recuperação econômica pós-pandemia não foi suficiente para impulsionar o emprego formal na mesma proporção verificada em escalas mais amplas. Assim, o município permanece com uma das menores taxas da região, evidenciando desafios socioeconômicos persistentes (Gráfico 15).

Entre 2019 e 2023, Oeiras do Pará apresentou baixo dinamismo na geração de empregos formais, iniciando o período com 34 empregos por mil habitantes e encerrando com 30, sinalizando uma leve queda. Em 2020, o número caiu para 32, possivelmente devido aos efeitos da pandemia, e manteve-se praticamente estável nos anos seguintes (33 em 2021 e 2022). Em contrapartida, a Região de Integração (RI) Marajó mostrou trajetória crescente, saindo de 49 em 2019 para 66 em 2023. Após uma queda em 2020 (39), houve retomada em 2021 (47) e avanço contínuo nos dois anos seguintes. O estado do Pará também apresentou tendência de crescimento expressiva, partindo de 125 empregos por mil habitantes em 2019 e alcançando 159 em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



2020 (R\$ 24.635) (Gráfico 16).

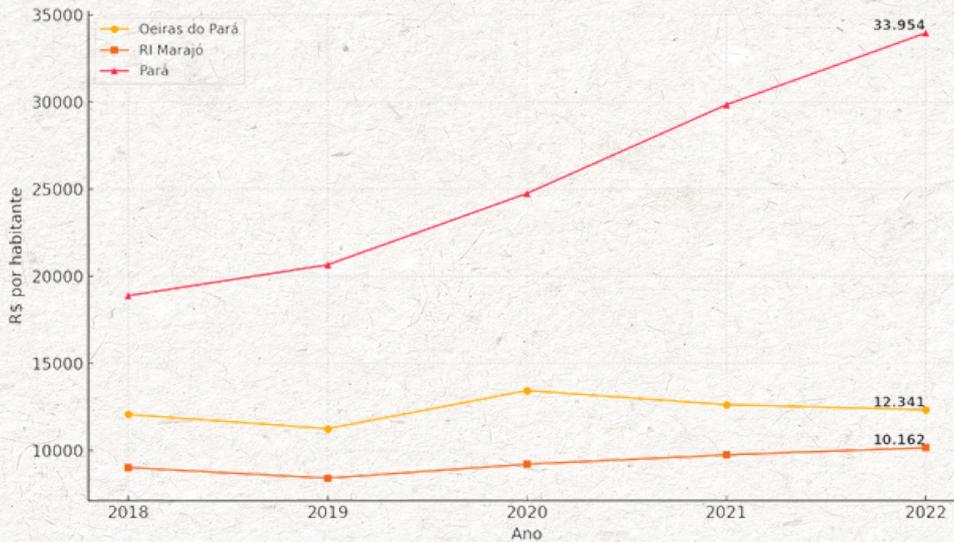
Esse comportamento revela que, embora Oeiras do Pará mantenha PIB per capita superior ao de sua RI, sua evolução foi instável e inferior à estadual. A RI Marajó, por sua vez, apresentou recuperação contínua, aproximando-se gradativa-

mente do desempenho do município. O Pará, com crescimento sólido e contínuo, destaca-se como a unidade com maior pujança econômica no período, sugerindo concentração de atividades econômicas de maior valor agregado fora do município analisado. A diferença de trajetória reforça a ideia de que Oeiras enfrenta entraves ao crescimento, como baixa diversificação produtiva e reduzido impacto de cadeias industriais e serviços de maior valor. Esses fatores limitam o potencial de crescimento econômico local frente ao avanço estadual (Gráfico 16).

O PIB per capita de Oeiras do Pará oscilou entre 2018 e 2022, saindo de R\$ 12.207 em 2018 e encerrando o período em R\$ 12.341. Após queda em 2019 (R\$ 11.401), houve recuperação em 2020, com o maior valor da série (R\$ 13.403), seguido de retração nos dois anos seguintes. Já a RI Marajó iniciou com R\$ 8.791 em 2018, sofreu queda em 2019 (R\$ 8.415) e, a partir de então, avançou progressivamente até atingir R\$ 10.162 em 2022. O desempenho estadual foi mais robusto: o Pará partiu de R\$ 18.976 em 2018 e alcançou R\$ 33.954 em 2022, com crescimento acelerado a partir de



Gráfico16 - PIB per capita, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.341/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



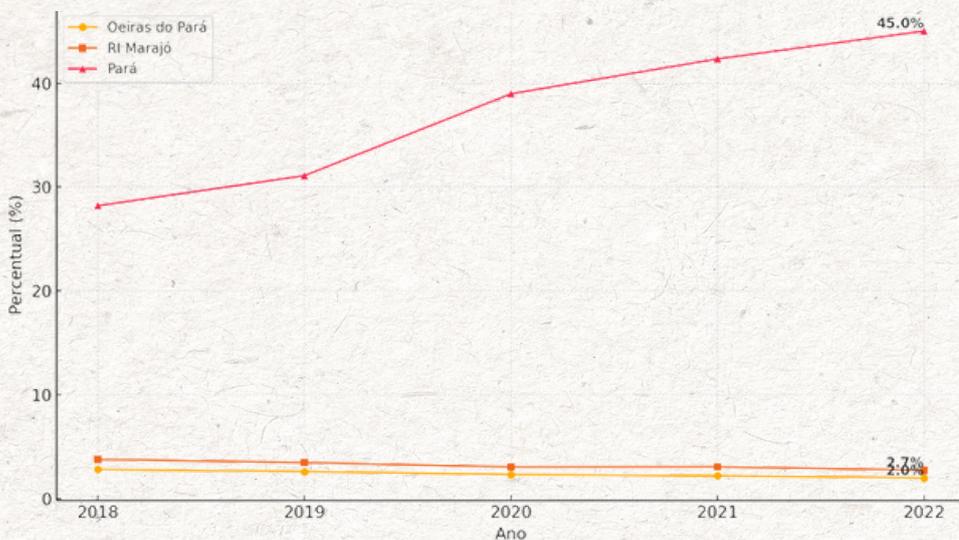
O indicador de valor adicionado da indústria como percentual do PIB mostrou baixa participação da atividade industrial em Oeiras do Pará. Em 2018, a indústria representava 2,8% da economia local, com leve queda para 2,7% em 2019 e oscilação em torno de 2% até 2022. A RI Marajó seguiu trajetória similar, iniciando com 3,9% em 2018 e reduzindo progressivamente até alcançar 2,7% em 2022. Em contraste, o estado do Pará apresentou crescimento contínuo na participação da indústria, de 28,4% em 2018 para 45,0% em 2022, com aceleração expressiva a partir de 2020 (39,0%) (Gráfico 17).

Esse descompasso revela que tanto o município quanto sua região apresentam estrutura econômica pouco industrializada, com predomínio de atividades de baixo valor agregado. Enquanto o Pará diversificou e fortaleceu sua base industrial provavelmente com apoio de grandes empreendimentos em setores como mineração e energia – Oeiras e a RI Marajó permaneceram à margem dessa dinâmica. A baixa industrialização local limita a geração de empregos formais e o aumento do PIB per capita, refletindo nos baixos indicadores de desenvolvimento econômico. A ausência de políticas de fomento industrial e de infraestrutura adequada pode estar entre os fatores que explicam essa estagnação. Assim, a distância entre o nível estadual e o local aumentou consideravelmente no período (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2018-2022)

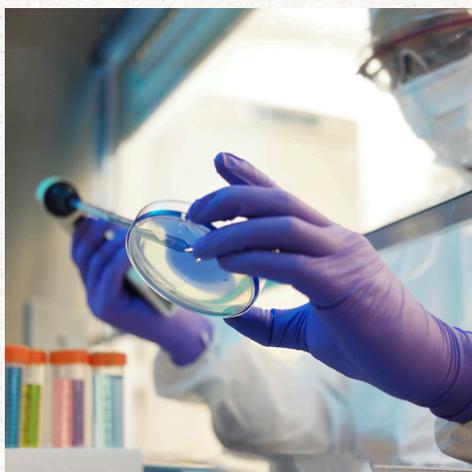


Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Oeiras do Pará manteve níveis extremamente baixos ao longo de todo o período, iniciando com 2,4 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019 e encerrando com 2,0 em 2023. A variação foi mínima, sempre abaixo de 2,5, evidenciando uma baixa presença desse grupo profissional no município. Em contraste, a Região de



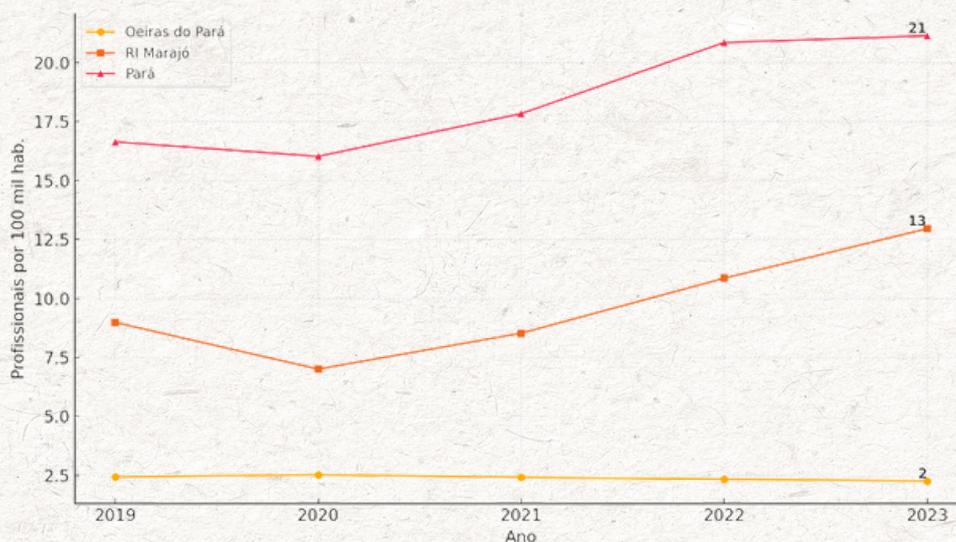
Integração (RI) Marajó teve crescimento progressivo, partindo de 9,0 em 2019 e atingindo 13,0 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 16,7 e avançou para 21,0 no mesmo intervalo. Esse cenário revela forte disparidade territorial (Gráfico 18).

A evolução estadual foi estável e ascendente, com crescimento mais acentuado a partir de 2021, ano em que o número chegou a 17,8. Em 2022 e 2023, os valores foram de 20,9 e 21,0, respectivamente. A RI Marajó apresentou crescimento semelhante, com destaque para os anos de 2022 (11,0) e 2023 (13,0). O desempenho de Oeiras, no entanto, seguiu em estagnação, mesmo com a tendência positiva nas outras esferas. Essa defasagem sugere ausência de políticas locais de incentivo à ciência, educação superior ou setores técnicos avançados (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

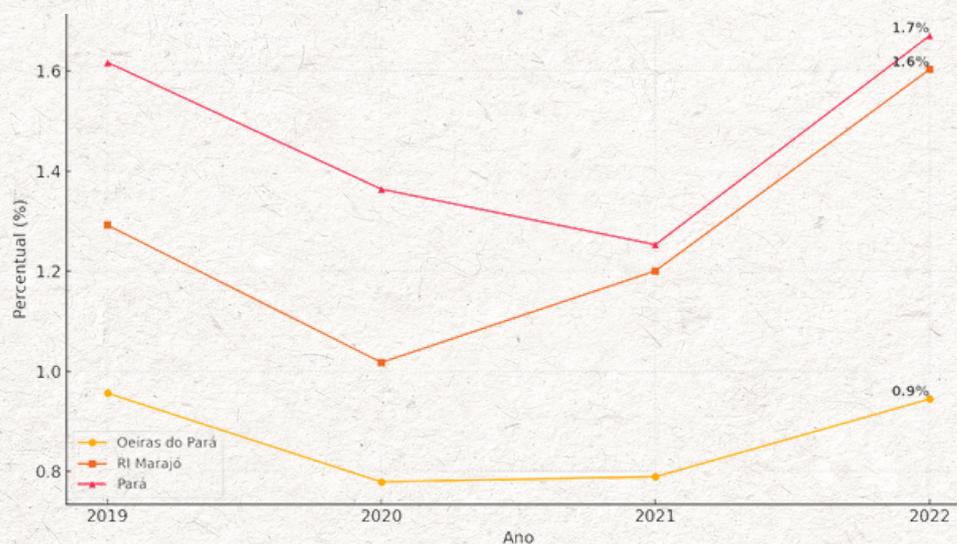


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Oeiras do Pará apresentou valores bastante modestos, iniciando com 0,95% em 2019 e caindo para 0,77% em 2020, mantendo 0,79% em 2021 e subindo levemente para 0,90% em 2022. Essa estabilidade em patamares baixos sugere que os rendimentos do trabalho formal têm pouco peso na economia municipal. Já a RI Marajó partiu de 1,30% em 2019, caiu para 1,02% em 2020, mas subiu para 1,60% em 2022, indicando maior recuperação e dinamismo. O Pará oscilou entre 1,63% em 2019 e 1,26% em 2021, fechando com 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

O comportamento estadual evidencia uma recuperação da massa salarial após a pandemia, com o maior valor registrado ao fim da série. A RI Marajó segue a mesma tendência, com aumento expressivo entre 2021 e 2022. No entanto, Oeiras do Pará permanece abaixo de 1% ao longo de todo o período, o que aponta para a fragilidade do mercado formal local e para a menor contribuição dos salários à estrutura econômica do município. Esse dado complementa o cenário de baixa formalização e escasso dinamismo produtivo em Oeiras (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

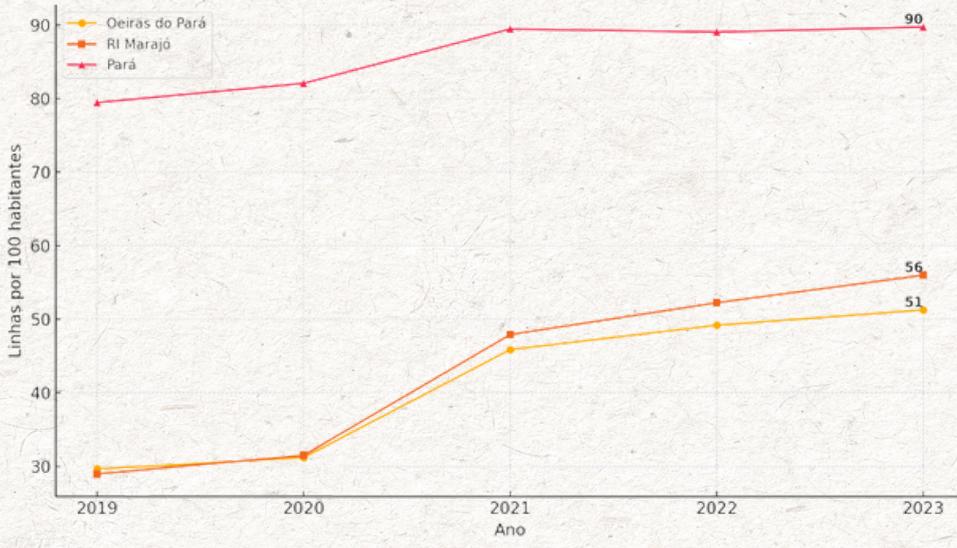
Oeiras do Pará apresentou crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel, passando de 29 linhas por 100 habitantes em 2019 para 51 em 2023. A maior elevação ocorreu entre 2020 (31) e 2021 (46), indicando avanço nas infraestruturas de comunicação. A RI Marajó também cresceu de 30 para 56 linhas, superando o município em todo o período. Já o estado do Pará iniciou com 80 e alcançou 90 linhas por 100 habitantes. Apesar do progresso local, ainda há um hiato considerável em relação ao patamar estadual (Gráfico 20).

Esse descompasso revela que, embora Oeiras e sua região estejam ampliando o acesso à telefonia, permanecem distantes da média do estado. O aumento nos indicadores demonstra melhora na cobertura e adesão aos serviços, mas em ritmo mais lento. A diferença de 39 pontos entre Oeiras (51) e o Pará (90) em 2023 reforça essa desigualdade. A RI apresenta resultado intermediário, mas ainda abaixo do ideal. O cenário aponta para a necessidade de políticas de ampliação tecnológica nos territórios mais periféricos (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

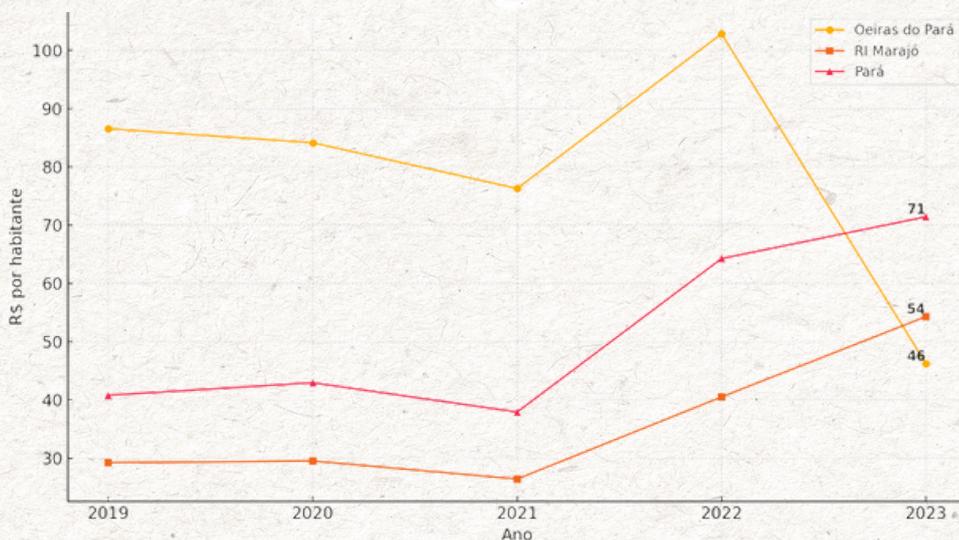
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Oeiras do Pará, os gastos com cultura e gestão ambiental por habitante começaram altos em 2019 (R\$ 86,6), alcançaram pico em 2022 (R\$ 102,6) e caíram drasticamente em 2023, chegando a R\$ 46,0. A RI Marajó teve crescimento constante, de R\$ 29,1 para R\$ 54,3. Já o estado do Pará avançou de R\$ 40,9 em 2019 para R\$ 71,0 em 2023, com alta significativa após 2021. Oeiras, apesar de começar em vantagem, terminou o período com o menor valor entre os três (Gráfico 21).

A queda brusca em 2023 contrasta com o movimento de expansão observado nos demais recortes. O estado e a RI intensificaram os investimentos na área, possivelmente em resposta a demandas sociais e ambientais. A redução municipal pode indicar reestruturações orçamentárias ou perda de prioridade na agenda local. Esse recuo compromete a continuidade de políticas culturais e ambientais. Em longo prazo, a queda pode impactar negativamente a qualidade de vida da população (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 46/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



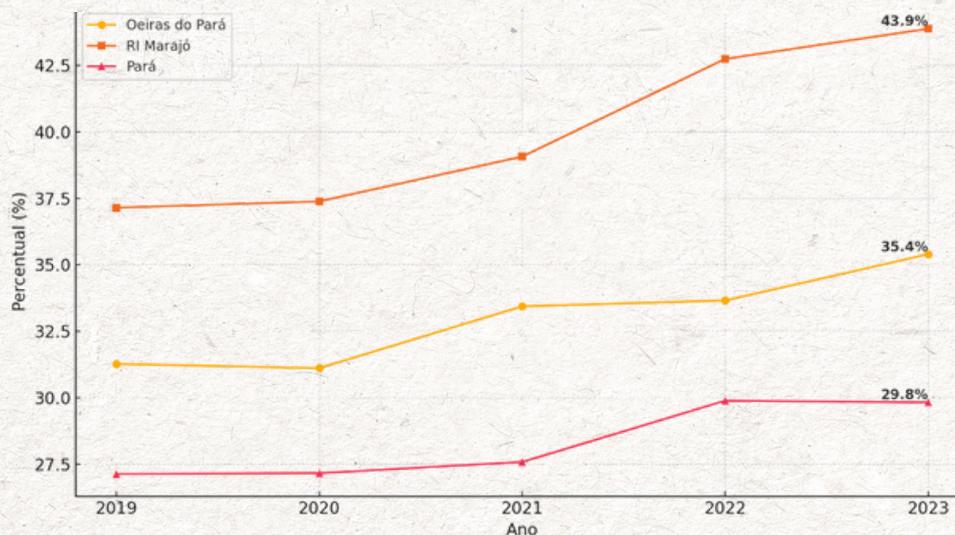


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Oeiras do Pará registrou aumento no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, saindo de 31,2% em 2019 para 35,4% em 2023. A RI Marajó apresentou piora ainda maior, com elevação de 37,2% para 43,9% no mesmo período. O estado do Pará, por outro lado, manteve os menores valores, crescendo de 27,0% para 29,8%. A tendência é de agravamento das condições de destinação de resíduos em nível municipal e regional. O crescimento dos percentuais revela deficiência na cobertura dos serviços de coleta (Gráfico 22).

Essa prática representa um problema sanitário e ambiental grave, especialmente entre a população mais vulnerável. A diferença entre o município e o estado mostra desigualdade no acesso a serviços básicos. O aumento contínuo do indicador reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura de coleta e tratamento de lixo. Políticas públicas específicas para áreas periféricas e rurais são urgentes. Sem isso, os danos ambientais e à saúde tendem a se agravar nos territórios mais carentes (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

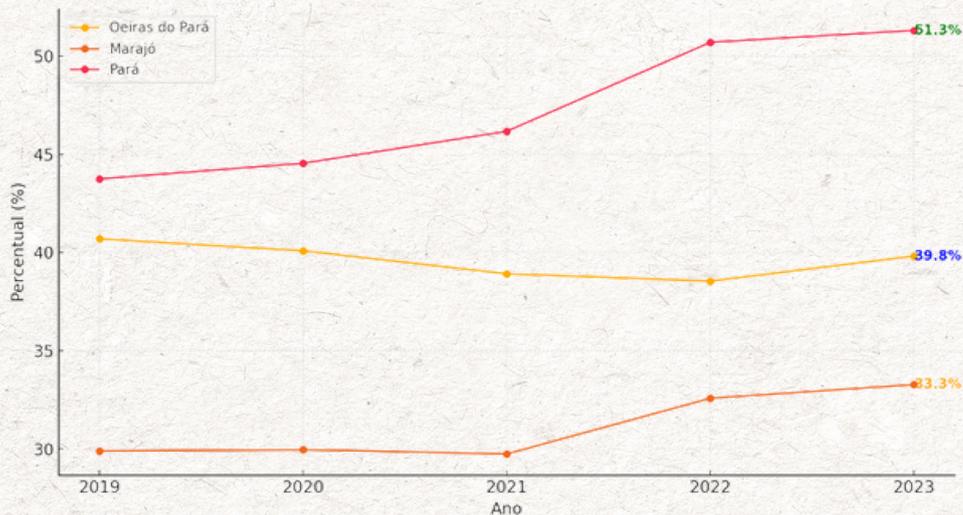


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Entre 2019 e 2023, Oeiras do Pará apresentou relativa estabilidade no percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar, variando de 40,7% para 39,8%. A RI Marajó registrou aumento, passando de 30,0% para 33,3%. Já o estado do Pará teve crescimento expressivo, de 44,0% para 51,3%, o maior entre os três. Apesar da pequena melhora local, os índices continuam elevados. O indicador revela persistência de soluções precárias de esgotamento sanitário (Gráfico 23).

Essa realidade evidencia a fragilidade das políticas públicas de saneamento voltadas à população mais pobre. Oeiras ainda está distante de uma estrutura sanitária adequada, apesar de não ter seguido a piora estadual. A ampliação do uso de fossas rudimentares compromete a saúde pública e o meio ambiente. O crescimento estadual aponta um problema estrutural mais amplo. É essencial ampliar os investimentos em redes de esgoto e alternativas sustentáveis nos municípios com maior vulnerabilidade (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

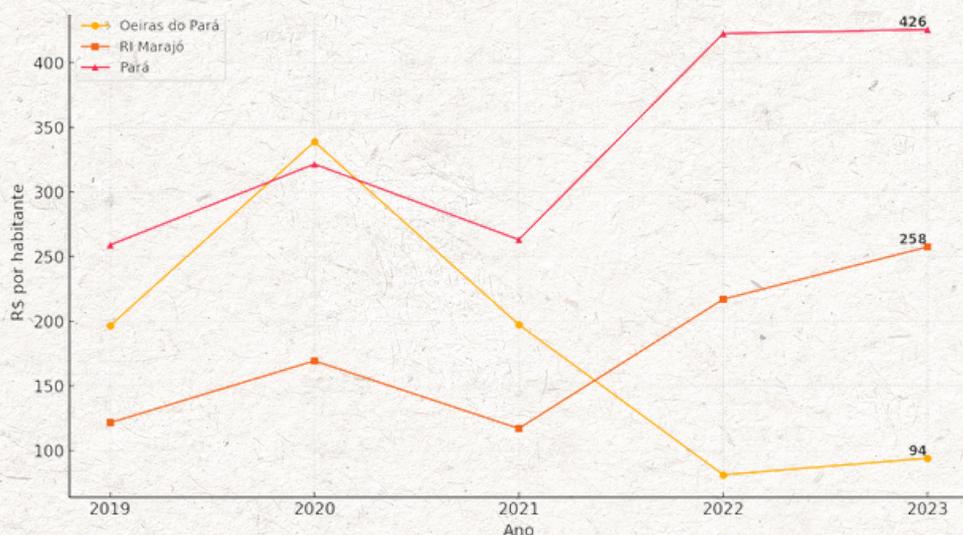
Em Oeiras do Pará, os gastos com prevenção de desastres variaram bastante, iniciando com R\$ 196,2 em 2019, subindo para R\$ 339,0 em 2020 e caindo acentuadamente para R\$ 76,6 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 94,2. A Região de Integração (RI) Marajó teve trajetória de crescimento quase contínuo, passando de R\$ 122,1 em 2019 para R\$ 258,3 em 2023. O estado do Pará mostrou forte expansão, indo de R\$ 259,0 para R\$ 426,3 no mesmo intervalo. Oeiras iniciou bem, mas perdeu ritmo a partir de 2021 (Gráfico 24).





Essa redução drástica após 2020 evidencia possível queda na prioridade dada à área no município. Enquanto a RI e o estado aumentaram significativamente seus investimentos nos últimos anos, Oeiras reduziu os aportes, com um valor final três vezes menor que o estadual. A falta de constância pode comprometer a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos. A diferença entre os recortes mostra que o município está destoando negativamente de padrões mais amplos. Isso reforça a urgência de retomar investimentos na área para mitigar riscos socioambientais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 94/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Oeiras do Pará apresentou aumento consistente na despesa com preservação aquática, partindo de R\$ 801,0 por habitante em 2019 e atingindo R\$ 1.308,0 em 2023. Após um pequeno recuo em 2022 (R\$ 933,4), o município retomou o crescimento com força no último ano. A RI Marajó também evoluiu, de R\$ 745,0 em 2019 para R\$ 1.160,0 em 2023, mantendo valores elevados. O estado do Pará, por sua vez, teve números muito inferiores, saindo de R\$ 179,6 para apenas R\$ 287,4 no mesmo período (Gráfico 25).

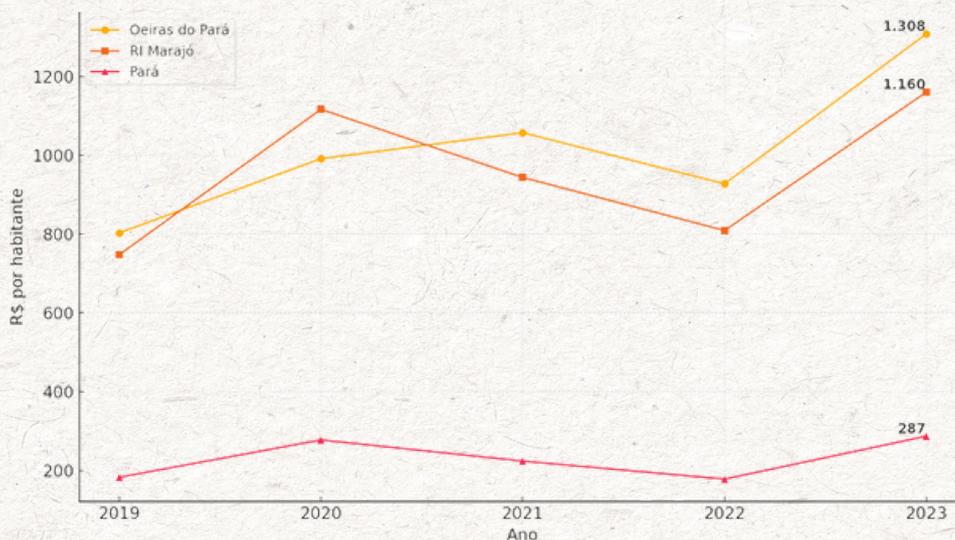
A diferença entre os patamares municipais/regionais e o estadual evidencia a maior atenção local e regional ao tema, especialmente em áreas com maior dependência dos recursos hídricos. O destaque para Oeiras é positivo, com a maior despesa per capita entre os três recortes em 2023. Esse esforço pode estar relacionado à preservação de bacias locais ou políticas ambientais específicas. A manutenção desse padrão é importante para garantir sustentabilidade hídrica e proteção de ecossistemas aquáticos. A política municipal se destaca diante da média estadual (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.





Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.308/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

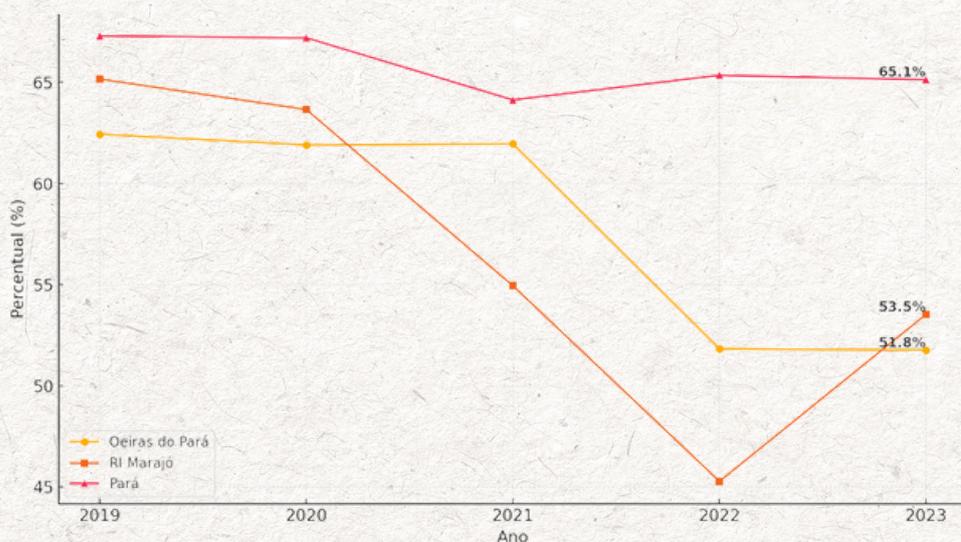
Em Oeiras do Pará, a proporção de área florestal iniciou em 62,5% em 2019 e manteve estabilidade até 2021, mas caiu significativamente para 52,0% em 2022, encerrando 2023 com 51,8%. A RI Marajó apresentou trajetória semelhante: de 65,1% em 2019 para 45,0% em 2022, subindo levemente para 53,5% em 2023. Já o estado do Pará manteve estabilidade elevada, entre 66,8% e 65,1% no período. Oeiras e a RI apresentaram perdas acentuadas de cobertura vegetal (Gráfico 26).

Essa perda florestal é preocupante, sobretudo porque con-

trasta com a estabilidade estadual. A redução de mais de 10 pontos percentuais em Oeiras revela forte pressão sobre os ecossistemas locais. O aumento de desmatamento, exploração econômica ou expansão urbana pode estar entre os fatores responsáveis. A leve recuperação da RI em 2023 ainda é insuficiente para reverter as perdas. Isso evidencia a necessidade de estratégias de conservação mais eficazes nas esferas municipal e regional. A diferença em relação ao estado aponta fragilidade na proteção ambiental local (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

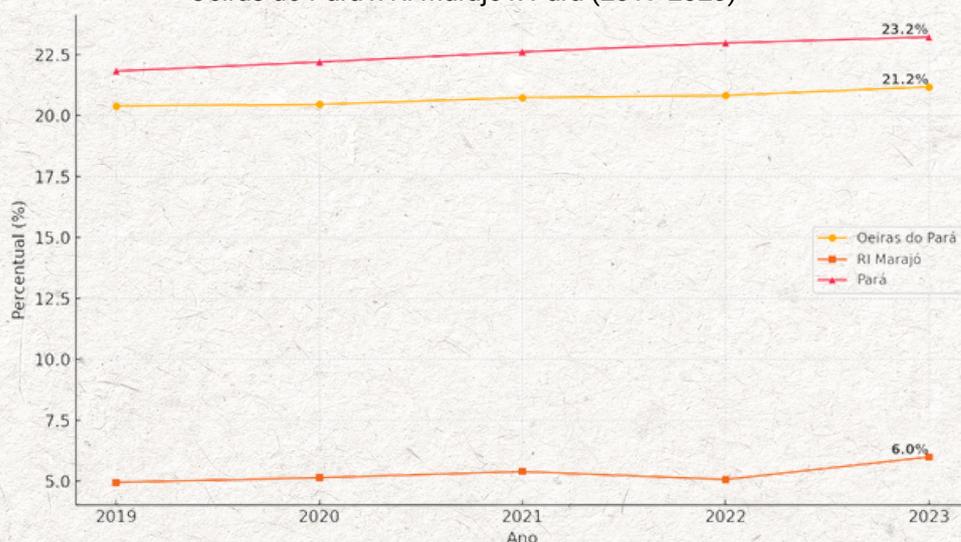
Oeiras do Pará apresentou aumento gradual no percentual de área desmatada, passando de 20,5% em 2019 para 21,2% em 2023. A RI Marajó manteve o menor índice durante todo o período, variando de 4,9% em 2019 para 6,0% em 2023, com leve oscilação. Já o estado do Pará partiu de 21,9% e encerrou 2023 com 23,2%, revelando crescimento contínuo. Apesar de Oeiras estar abaixo da média estadual, seu indicador vem subindo gradualmente (Gráfico 27).

O crescimento do desmatamento, mesmo que modesto

no município, reforça a tendência de perda ambiental observada também na cobertura florestal. O dado da RI é positivo por ser o mais baixo, mas preocupa pelo crescimento recente. A alta no estado é mais acentuada, com aumento de 1,3 ponto percentual no período. Oeiras, embora ainda abaixo da média estadual, precisa conter esse avanço para não comprometer mais sua base florestal. O cenário evidencia que, mesmo com avanços em preservação aquática, há retrocesso na conservação terrestre (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

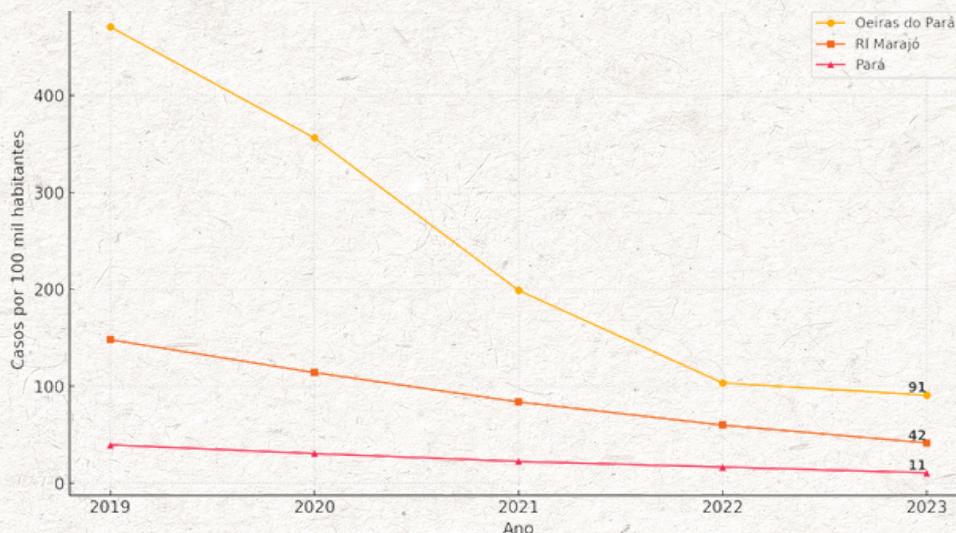
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Oeiras do Pará, o número de casos de trabalho infantil caiu significativamente, de 471 por 100 mil habitantes em 2019 para 91 em 2023. Essa redução contínua ao longo dos anos demonstra avanços importantes em políticas de proteção à infância. Na Região de Integração (RI) Marajó, o índice também caiu: de 149 em 2019 para 42 em 2023. Já no estado do Pará, a queda foi de 42 para 11 casos por 100 mil habitantes no mesmo intervalo. A tendência geral é de redução expressiva (Gráfico 28).

Apesar de Oeiras ainda registrar o maior número entre os três recortes em 2023, a queda de 80% em quatro anos é um resultado relevante. A RI e o estado também apresentaram melhorias, embora partindo de níveis menos críticos. A convergência dessas curvas aponta para um esforço articulado no combate ao trabalho infantil. O município, mesmo com progresso notável, ainda demanda atenção prioritária. O desafio é consolidar as políticas que garantam a erradicação definitiva do problema (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

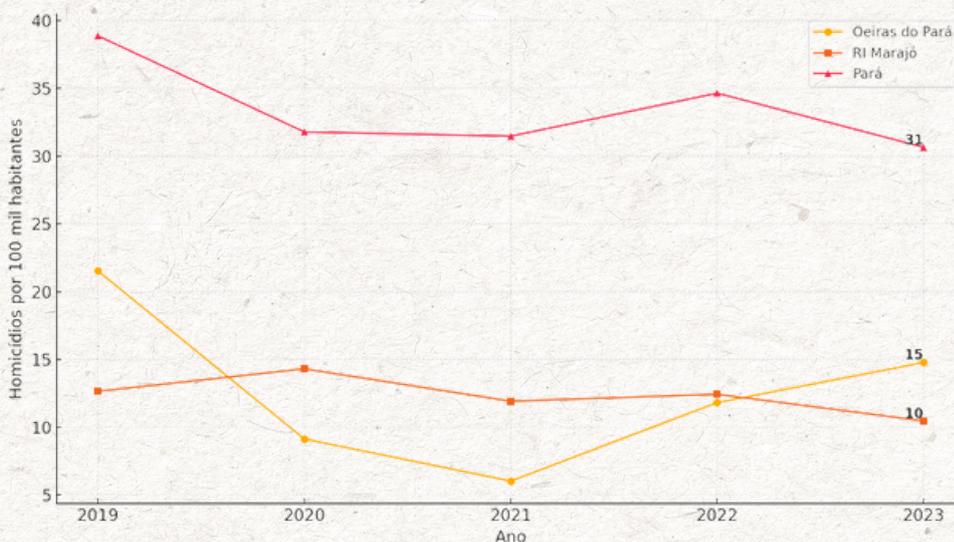
Oeiras do Pará apresentou queda inicial na taxa de homicídios, saindo de 21,7 em 2019 para 5,9 em 2021, mas voltou a subir, alcançando 15,1 em 2023. A RI Marajó manteve relativa estabilidade, variando de 12,9 a 14,3 nos primeiros anos e encerrando com 10,4. O estado do Pará, por sua vez, apresentou a taxa mais alta, embora em leve declínio: de 39,0 em 2019 para 30,8 em 2023. O comportamento oscilante de Oeiras chama atenção (Gráfico 29).

A elevação recente na taxa municipal inter-

rompe a tendência de melhora observada até 2021, o que pode refletir instabilidades pontuais ou enfraquecimento de políticas de segurança. A RI apresenta maior consistência, com leve redução no indicador. Já o estado, mesmo com taxas elevadas, reduziu os homicídios gradualmente. A retomada do aumento em Oeiras sugere a necessidade de reforçar ações preventivas e o controle da violência letal. A comparação indica que, apesar dos avanços anteriores, o município requer vigilância constante (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





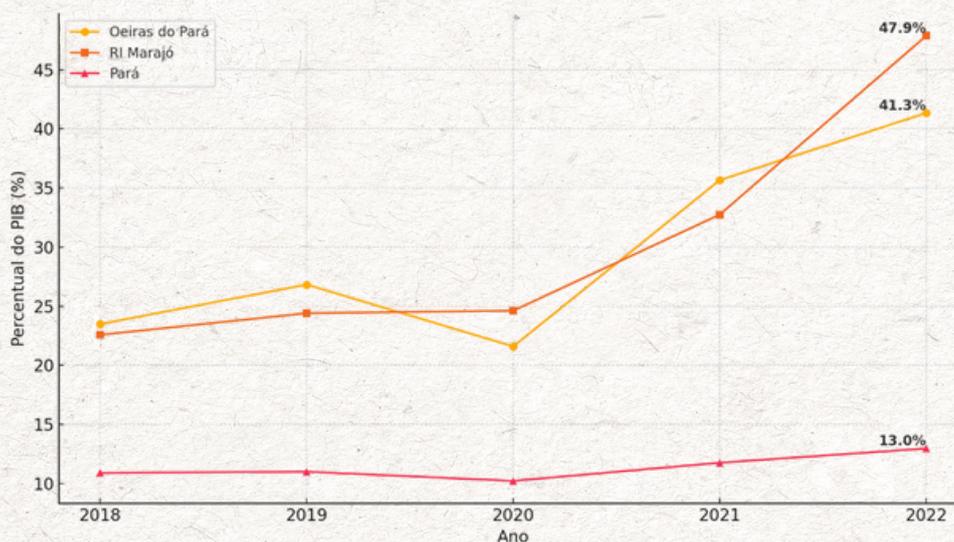
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Oeiras do Pará apresentou variação acentuada no gasto público municipal em relação ao PIB, iniciando com 23,5% em 2018, subindo para 26,9% em 2019 e recuando para 21,7% em 2020. A partir de 2021, houve forte crescimento, chegando a 35,8% e encerrando 2022 com 41,3%. A Região de Integração (RI) Marajó também seguiu tendência ascendente, partindo de 22,6% em 2018 para expressivos 47,9% em 2022. Já o estado do Pará manteve-se relativamente estável entre 2018 (10,7%) e 2020 (10,0%), mas apresentou crescimento até 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Esse cenário revela maior intensidade dos gas

tos públicos nas esferas municipais e regionais do que na estadual, especialmente a partir de 2021. Oeiras e sua RI ampliaram substancialmente a participação do setor público na economia local. Esse aumento pode estar ligado a maiores transferências, programas sociais ou investimentos diretos em resposta à pandemia. A disparidade com o estado (diferença de 28 pontos em 2022) reforça a centralidade do setor público nas economias locais. No entanto, também pode sinalizar dependência econômica elevada das receitas públicas em detrimento da atividade privada (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



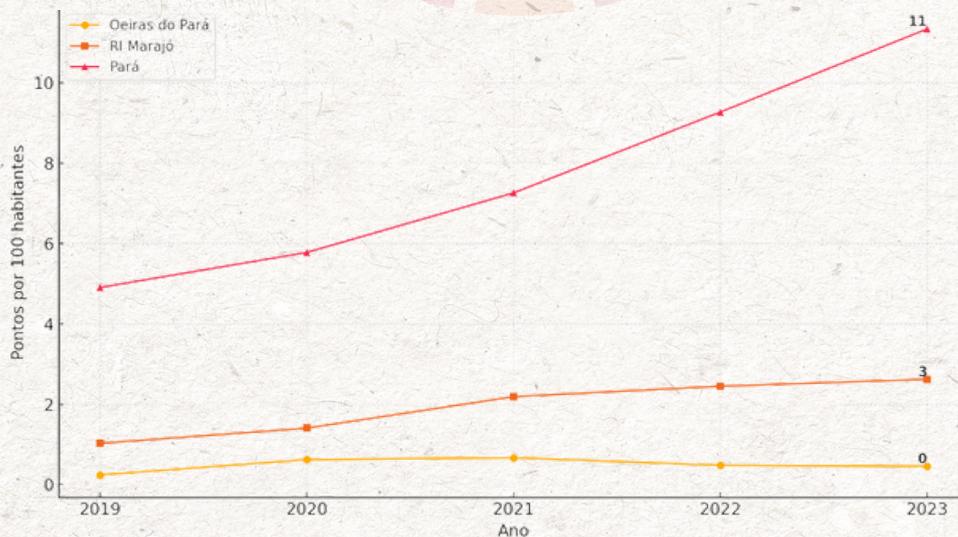
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Oeiras do Pará apresentou desempenho extremamente baixos no acesso à banda larga fixa, com apenas 0,2 ponto por 100 habitantes em 2019, alcançando o máximo de 0,7 em 2021 e retornando a 0,5 em 2023. A RI Marajó, embora também com níveis modestos, evoluiu de 1,1 para 2,8 no mesmo intervalo. Já o estado do Pará apresentou crescimento consistente: de 4,9 em 2019 para 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023. A diferença entre os níveis territoriais aumentou progressivamente ao longo do período (Gráfico 31).

Essa trajetória evidencia uma estagnação

preocupante no município, com perda total do indicador no último ano. A ausência de expansão do acesso compromete a inclusão digital, o desenvolvimento educacional e o potencial de inovação local. O contraste com o desempenho estadual (que mais que dobrou o índice) e mesmo com a RI, que triplicou seus números, mostra um atraso significativo em Oeiras. A reversão desse quadro exige investimentos estruturantes em conectividade, especialmente para reduzir desigualdades digitais que afetam diretamente a competitividade e a cidadania (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Oeiras do Pará** registrou um IDS de **36,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Oeiras do Pará x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology/>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



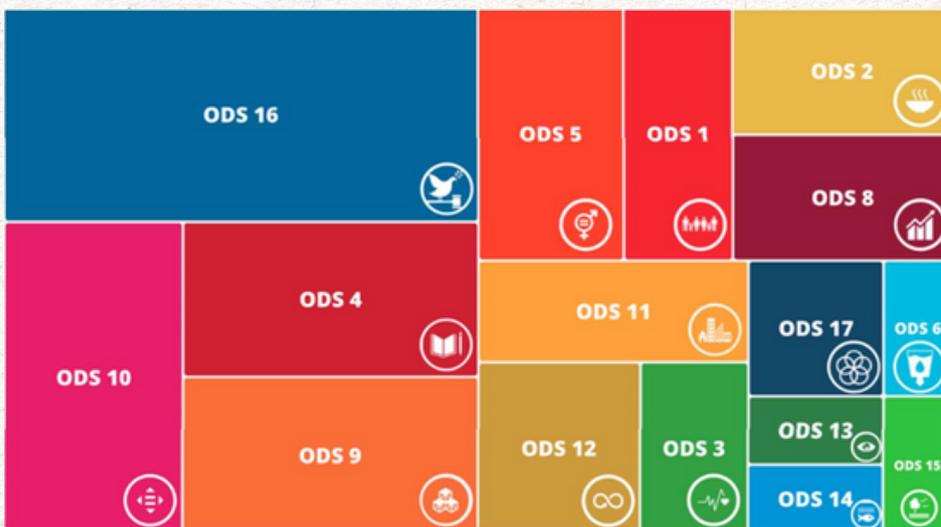
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

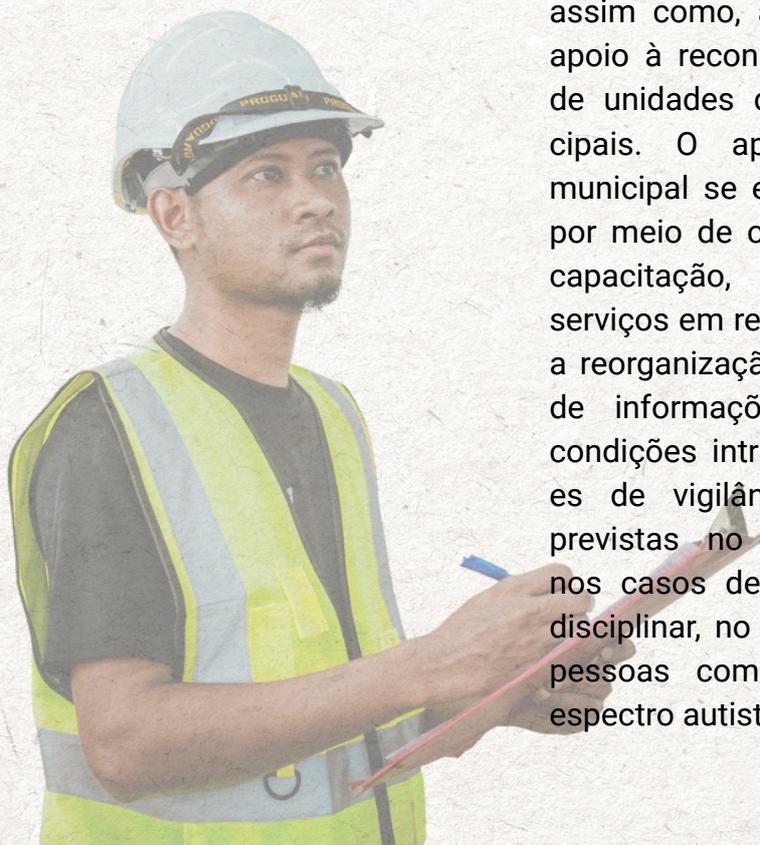


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Oeiras do Pará na Região Tapajós, em Oeiras do Pará na Região Marajó, em Oeiras do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

